ADUNESP *in*FORMA

Adunesp
Seção Sindical do Andes - Sindicato Nacional

Jornal da Associação dos Docentes da Unesp - Seção Sindical do Andes - Nº 48 - Dezembro/200 **EDIÇÃO ESPECIAL**

CÓDIGO DE ÉTICA, ENSINO À DISTÂNCIA, EMPREENDEDORISMO, AVALIAÇÃO DOCENTE...

Ações fragmentadas impulsionadas pela reitoria refletem concepção mercantilista de universidade e apontam o caminho das saídas individuais

Esta edição especial do ***Adunesp Informa***, na reta final de 2006, procura trazer reflexões e apontar propostas frente a um conjunto de medidas que se colocaram no caminho de docentes, servidores e estudantes nos últimos meses. Trata-se da minuta de Código de Ética apresentada pela reitoria e que pode ir à votação no CO ainda neste mês, da tramitação de propostas de avaliação docente no CEPE, da aprovação do ensino à distância e da parceria instituída com o SEBRAE para o oferecimento da disciplina Empreendedorismo em todos os cursos.

Ainda que aparentem não ter relação entre si, tais iniciativas fazem parte de uma mesma concepção de educação superior. Embora as justificativas apresentadas primem pelo viés progressista – defesa de maior acesso ao ensino superior, melhoria da qualidade do ensino oferecido à população, estímulo a alternativas diante do desemprego, captação de recursos etc etc. – estamos diante da concretização de propostas que compõem o ideário neoliberal para a educação no século 21. Traçando um paralelo com o que diz o sociólogo francês Pierre Bordieu: "Quando os liberais falam em sociedade, querem dizer, na verdade, o mercado."

Com as matérias que compõem esta publicação, a Adunesp não pretende esgotar quaisquer dos assuntos abordados. Longe disso. Também não se trata apenas de dizer SIM ou NÃO a esta ou àquela proposta, mas de ler nas suas entrelinhas.

De forma preocupante, mais uma vez a Unesp adere rápida e acriticamente a tudo o que sopra do mercado. Por outro lado, é também preocupante a falta de contribuição da Universidade no sentido da reflexão teórica sobre todas estas questões.

Além de demarcar sua posição a respeito destas medidas – como é o seu papel na qualidade de entidade sindical – a Adunesp quer contribuir na discussão.

Os 30 anos da Adunesp
Pág. 8

Por falar em ética...

Cruesp rompe acordo salarial e Unesp fere a isonomia

Pág. 8

Por que somos contrários à aprovação da minuta apresentada pela reitoria

Adunesp pede retirada da pauta do CO. Que a comunidade decida SE quer um Código de Ética e, em caso positivo, QUAL deve ser seu conteúdo

Em outubro de 2005, o Conselho Universitário (CO) criou uma comissão para elaborar um Código de Ética para a Unesp. Presidida pelo professor William Saad Hossne, da FM/Botucatu, a comissão entregou sua proposta ao reitor Marcos Macari no início setembro de 2006. Este, por sua vez, levou-a à reunião do CO no mesmo mês e propôs que fosse encaminhada às unidades, para análise e manifestações das congregações, estabelecendo como prazo o dia 10/11.

Na reunião de novembro, Macari afirmou que o tema fará parte da próxima reunião do CO, em dezembro, para deliberação. Ou seja, a reitoria propõe o "debate" e a aprovação de uma questão tão importante para a Universidade em exíguos três meses.

Adunesp pede inversão do debate

Em sua plenária de 7/11/06, a Adunesp analisou o problema e, diante da declarada intenção da reitoria, manifesta-se contrária à aprovação da minuta e pede que os conselheiros do CO retirem-na de pauta.

Desde a sua origem, a Adunesp defende, para todas as questões (políticas, didático-pedagógicas, sociais etc) o amplo debate no seio da comunidade. O processo deve ser inverso: é da comunidade acadêmica que devem surgir as propostas e, daí, serem formalizadas. Se a comunidade considerar que precisa de um Código de Ética, deve caber a ela a iniciativa de formular propostas, a partir de um amplo e democrático processo.

A plenária da Adunesp considerou que, nos tempos atuais, ao invés de debater os valores e princípios comuns de um grupo ou instituição, podemos dar mais um passo em direção à retirada de direitos e da inibição do contraditório.

A posição da Adunesp – pela retirada do assunto da pauta do CO – parte dos seguintes pressupostos:

- A Universidade já possui um Estatuto, com direitos e deveres;
- A posição do reitor pode ter influenciado diretamente a tomada de decisão das congregações, o que também pode ocorrer em relação ao CO;
- A Adunesp e o Fórum temem que um Código de Ética pode assumir um caráter puramente punitivo, principalmente para os movimentos organizados;

Em vários momentos, não apenas na Unesp como em outras universidades públicas, tentativas como esta foram rechaçadas, principalmente porque as diferentes propostas apresentadas deixavam em aberto, nas entrelinhas, possibilidades de interpretação. Dependendo dos gestores de plantão, as inter-

Código de Ética e fundações

Um dos capítulos da proposta de Código de Ética apresentada pela reitoria diz respeito às relações da Universidade com as chamadas fundações de "apoio". Trata-se do capítulo VIII, que traz, entre outras questões, a afirmação de que "a organização e os objetivos de fundações de apoio à Unesp e a celebração de convênios devem visar ao aumento da sua capacidade em ensino, pesquisa, bem como a extensão à sociedade de serviços deles indissociáveis".

O trecho, em si, é genérico e permitiria, por exemplo, que a atual relação entre Unesp e fundações permanecesse exatamente como está: muitas oferecem cursos pagos, em franca contradição com a gratuidade do ensino preconizada pela Constituição Federal; professores são estimulados a complementar seus rendimentos através de ganhos extras nas fundações, num apelo às saídas individuais diante de problemas que são coletivos; o nome da Universidade é usado para negócios e convênios que não passam pelo crivo da comunidade; entre outros.

Jornal da Associação dos Docentes da Unesp.
Adunesp S. Sindical

Diretoria: Milton Vieira do Prado Júnior (Presidente, FC/Bauru), Sueli Guadelupe de Lima Mendonça (Vice-presidente, FFC/Marília), João da Costa Chaves Júnior (Secretário-geral, FCL/Assis), Maria Aparecida Segatto Muranaka (Vice-secretária, IB/Rio Claro), Emanuel da Rocha Woiski (Tesoureiro-geral, FE/Ilha Solteira) e Carlos Alberto Anaruma (Vice-tesoureiro, IB/Rio Claro).

Praça da Sé, 108, 3º andar, SP.
Fones (11) 3242-7080.

Home page: www.adunesp.org.br

E-mail: adunesp@adunesp.org.br

Jorn. resp.: Bahiji Haje

pretações podem ser as mais diversas, tornando fáceis ações de controle à liberdade de expressão.

Um termo abstrato, se dissociado da prática

Se analisada de forma estanque, a ética torna-se uma abstração. De qual ética estamos falando?

Num passado recente, muitos assuntos foram aprovados na Unesp em franca contradição com a ética. Muitos dos exemplos a serem citados dizem respeito a administrações anteriores, como veremos a seguir, mas nem todos:

- Foi ético fazer um convênio com o governo alemão para a compra de equipamentos, oferecidos no mercado nacional com preços menores, criando uma dívida que está sendo paga até hoje?
- Foi ético não pagar a parte do trabalhador no IPESP, que é regularmente descontada dos salários de docentes e servidores, bem como fazer uma renegociação sem amplo debate desta dívida?
- Foi ético aprovar uma expansão claramente por motivos políticos, sem garantia de financiamento?
- Foi ético gastar recursos públicos para tentar mudar a reitoria de SP?
- É ético ter ensino pago numa universidade pública, na qual a educação é um direito de todos e um dever do Estado? (*veja box "Código de Ética e fundações de apoio"*)
- É ético mudar o foco de ensino tornando, em muitos locais, mais importante o curso de fim de semana, via fundações, do que o investimento na qualidade dos cursos regulares de graduação e pós-graduação?
- É ético aprovar o ensino à distância, ao invés de investir na formação presencial e melhorar os recursos e instrumentos didáticos pedagógicos (inclusive on-line), buscando a formação de um aluno crítico e transformador da realidade social? (*veja matéria sobre EaD nas págs. 4 e 5*)
- É ético assumir a falta de recursos e a necessidade de professores captarem recursos externos, através de parcerias e convênios, como a principal saída para o financiamento público, eximindo-se da luta pelo aumento de verbas?
- É ético não valorizar os servidores? É ético sequer repor a inflação do período em nossa data-base? É ético não pagar precatórios? É ético atrasar o 13º salário? É ético terceirizar serviços, tirando emprego de servidores e rebaixando a qualidade da instituição?

A questão que fica é: será que este Código também servirá para verificar a ética na postura dos gestores? A comunidade poderá solicitar a instalação da referida Comissão de Ética? O reitor de "plantão" a colocaria em pauta... a autorizaria? Tais dúvidas reforçam a idéia da necessidade de ampliar o debate.

Contribuições da comunidade

Embora o tempo destinado à discussão do tema fosse bastante apertado, o debate ocorreu em várias unidades, principalmente no âmbito das congregações. Em Ilha Solteira, por exemplo, a proposta da reitoria foi analisada ponto a ponto, sendo feitas propostas de alteração ou exclusão em vários deles. Os companheiros de Ilha apontam a duplicidade de "legislações" e ressaltam a existência de aspectos contraditórios e definições incompatíveis, que nada têm a ver intrinsicamente com ética, como é o caso da "defesa do ensino público e gratuito" (esta é uma questão de postura política). Também propõem, entre outras, a substituição do termo "não-docente" por "técnico-administrativo".

Em Bauru, foi realizada uma mesa-redonda, no dia 6/11, intitulada "Código de Ética da Unesp: leituras e contribuições", sob a organização do Grupo de Estudos de Direitos Humanos, Ética e Comunicação/ Núcleo pela Tolerância. A mesa propôs retirar a minuta da reitoria da próxima reunião do CO e desencadear em 2007 um debate em profundidade sobre "princípios éticos", independente se a Unesp deva ou não possuir formalmente um Código de Ética.

Em boa parte das unidades, assim como em Bauru, pede-se a retirada do assunto da pauta da próxima reunião do CO, de forma a permitir que o processo de discussão prossiga e ganhe corpo.

Comissão ou "Tribunal" de Ética?

A minuta de Código apresentada pela reitoria propõe a criação de uma Comissão de Ética, com a função de analisar e julgar os possíveis desvios de conduta de docentes, servidores técnico-administrativos, discentes e dirigentes. O critério de formação de tal Comissão é profundamente antidemocrático, por dois motivos:

1) De seus sete membros, cinco seriam docentes, um servidor técnico-administrativo e um discente, em mais uma demonstração de que a Universidade descarta a paridade e considera que servidores e discentes são cidadãos de segunda classe, com menos direitos do que os docentes;

2) Os cinco docentes e o servidor técnico-administrativo seriam indicados pelo CO. Ou seja, sequer se cogita a possibilidade de que sejam eleitos direta e democraticamente pela comunidade.

Quanto ao papel da Comissão, a minuta é clara: "Constatada a infração de natureza ética, a Comissão encaminhará os autos ao Magnífico Reitor, para as devidas providências". Ora, é evidente que fica aberta uma brecha – na verdade, uma verdadeira avenida – para que as administrações de plantão punam desafetos, persigam militantes etc etc. Além do mais, tal Comissão se instalaria em paralelo a eventuais processos administrativos... ou à sua revelia?

Se sua administração fosse questionada quanto à ética, será que o reitor permitiria a instalação de tal comissão, a colocaria em pauta no CO?

O uso das novas tecnologias para o mercado e não para a humanidade

Aprovada na reunião do Conselho Universitário (CO) de 26/10, a introdução do ensino à distância na Unesp – envolvendo cursos de graduação, pós-graduação, especialização, temáticos, atualização e extensão – já está em vias de ser colocada em prática. Matéria divulgada pelo jornal *Folha de S. Paulo* (1°/12/2006) informa que a UFSCar e a Unesp, as primeiras públicas a aprovarem a modalidade no estado de São Paulo, farão vestibular para graduação à distância já em 2007. Mais adiantado na UFSCar, que marcou as provas para fevereiro, com 1.950 vagas em Educação Musical, Engenharia Ambiental, Pedagogia, Sistemas de Informação e Tecnologia Sucroalcooleira, o processo na Unesp ainda aguarda aprovação pelo MEC, embora esteja confirmado para o próximo ano. Segundo Klaus Schlünzen Júnior, presidente da Comissão de Educação à Distância da Unesp, "há demanda em todas as áreas e até um curso de medicina, por exemplo, poderá ser semipresencial, com as aulas teóricas à distância e as práticas, nos laboratórios e hospitais."

Na reunião do CO que aprovou a EAD, os representantes da Adunesp, Milton Vieira do Prado Júnior, e do Sintunesp, Luiz Carlos de Freitas Melo, ambos com direito a voz, mas sem direito a voto, criticaram a proposta. O reitor Marcos Macari, por sua vez, chegou a justificar a aprovação com o argumento de que é preciso "testar", "fazer a experiência". Tal qual um sabonete, um carro, um molho de tomate...

A maioria das faculdades privadas desenvolve seus projetos na busca frenética pelo dinheiro e para a sobrevivência no mercado, transformando o aluno em "cliente". É este o caminho que as universidades públicas devem seguir?.

Segundo Schlünzen, "oferecer educação à distância não é massificar o ensino, mas facilitar o estudo daqueles que estão distantes dos grandes centros". Considerando que estamos no estado mais desenvolvido e central do país, o argumento é, no mínimo, frágil.

Ao aprovar uma medida de tamanha envergadura sem qualquer debate mais sério a respeito, a Unesp novamente submete-se às regras que sopram do mercado de forma absolutamente acrítica.

Quais impactos pedagógicos um curso à distância terá no processo ensino-aprendizagem? A Universidade desenvolveu um arcabouço pedagógico para tais cursos? Que tipo de profissional será formado? Quanto custará a implantação deste programa?Estas e outras questões deveriam ser objeto de reflexão por parte da intelectualidade unespiana antes de qualquer coisa. Mas não é o que está acontecendo. Primeiro, aprova-se. Depois, começa-se a pensar em tipos de curso, conteúdos etc.

A Universidade aprova tal modalidade sem antes fazer uma séria avaliação das experiências que desenvolveu, como PEC-Formação Universitária, Pedagogia Cidadã e cursos de extensão. Os colegiados centrais estão cientes das dificuldades, obstáculos, avanços (?) desses programas específicos? Como vemos, não é nada científico, como procedimento de políticas públicas, institucionalizar tal modalidade sem antes realizar um balanço do que foi feito. Mostra como a pressa é para se adequar às diretrizes do Ministério da Educação e ao mercado, muito aquém do papel da universidade que deveria ser proponente e não submissa às cegas.

> "Não olhe para trás, ou para cima; olhe para dentro de você mesmo, onde supostamente residem todas as ferramentas necessárias ao aperfeiçoamento da vida – sua astúcia, vontade e poder"
>
> *(BAUMAN, Zygmunt. A modernidade líquida. RJ, Editora Zahar, 2001)*

É contraditório que as universidades públicas, como é o caso da Unesp, proponham o desenvolvimento de cursos à distância ao mesmo tempo em que há um estrondoso corte de verbas para os setores essenciais destas instituições, inclusive para as áreas ligadas à informática. Os especialistas da área afirmam categoricamente que é uma ilusão achar que educação à distância é mais barata que a presencial; ao contrário, requer tudo mais sofisticado, nos diferentes âmbitos técnicos, teóricos, pedagógicos exatamente por ser uma experiência recente. Assim, ficam as perguntas: Qual acúmulo a universidade tem? Em quais áreas? Que resultados? O que priorizar? Como fica o EAD no projeto institucional? Haverá financiamento? Captação de recursos externos? E se forem cortados, como a expansão já vivenciada recentemente? Efetivamente, o EAD demanda investimentos teóricos, financeiros e tecnológicos elevados, caso se queira realmente pensar numa perspectiva inovadora crítica... exceto quando é uma farsa.

Novas formas de alienação

É inegável que as novas tecnologias são produto de um processo que não pode – e não deve – ser interrompido. Assim como já interferem e modificam o processo educacional no presente, é certo

que produzirão caminhos novos e mudanças gigantescas no futuro.

As novas tecnologias, no entanto, não podem ser consideradas apenas como uma grande evolução científica que diminuem a noção de tempo e de espaço para os indivíduos. Não são apenas um conjunto de máquinas e seus programas. Representam, também, uma forma de pensamento que vai pressionando seus usuários diretos e indiretos a perceberem o mundo de um modo particular. Utilizadas acriticamente, levam o pensamento a tornar-se extremamente técnico, o que contribuirá decisivamente para a formação de crianças e jovens com pouca ou nenhuma capacidade de compreensão política, crítica e ética da sociedade em que vivem. A relação professor-aluno só se concretiza através do vínculo, ou seja, da relação social entre os agentes. Sem a vivência em comum, tornam-se estreitos os caminhos que levam à internalização das experiências e ao avanço da consciência do mundo.

Da mesma forma que não existe neutralidade em qualquer ramo da ciência, e todo avanço técnico e científico sempre esteve relacionado aos interesses de classe, também não há neutralidade na utilização das novas tecnologias na área da educação.

A quem interessa esta educação

As mudanças ocorridas na sociedade no final do século XX provocaram profundas transformações nas relações sociais, com reflexos diretos na educação.

Desde a educação fundamental até os cursos de pós-graduação, há uma enorme pressão internacional para transformar todo o processo educativo numa formação aligeirada, individualizada, que tem como objetivo principal a preparação do indivíduo para o mercado consumidor, transformando, assim, o jovem estudante em mais uma engrenagem da grande máquina consumidora mundial.

O principal objetivo da educação à distância, neste contexto atual, além do fabuloso lucro obtido com este tipo de ensino – que, na maioria dos casos, não prevê a contratação de professores, a construção de prédios e de salas de aula e, muito menos, o desenvolvimento da pesquisa – é o de formar indivíduos diplomados, com habilidades técnicas e nenhuma vivência acadêmica ou experiência coletiva para a inserção na vida social.

Crescimento vertiginoso

O número de alunos e de cursos à distância vem aumentando vertiginosamente no Brasil ano após ano. Segundo publicação feita pelo Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e à Distância 2006, órgão da Associação Brasileira de Educação à Distância (ABED), somente no ano passado, 321 novos cursos de nível superior foram abertos, número bastante superior aos 56 de 2004, e dos 29 de 2003. Um aumento superior a 12 vezes em apenas dois anos.

Com o aumento da oferta, aumentou consideravelmente também o número de alunos matriculados, que passou de 309.957, em 2004, para 504.204, em 2005, o que significa um crescimento de 62,7%.

Da mesma forma, aumentou em 30,7% o total de instituições superiores autorizadas pelo MEC a oferecer esses cursos, que passou de 166, em 2004, para 217, em 2005.

Esses números, longe de representarem uma democratização do ensino superior e um alargamento das possibilidades de aquisição do conhecimento pelas camadas mais exploradas da população brasileira, são o reflexo da pressão exercida pelas grandes corporações internacionais (capitaneadas por organismos como o Banco Mundial) para modificar a estrutura do ensino superior no Brasil, adaptando-o cada vez mais às necessidades do mercado e da exploração da educação como mais uma mercadoria da sociedade capitalista.

Brechas abertas

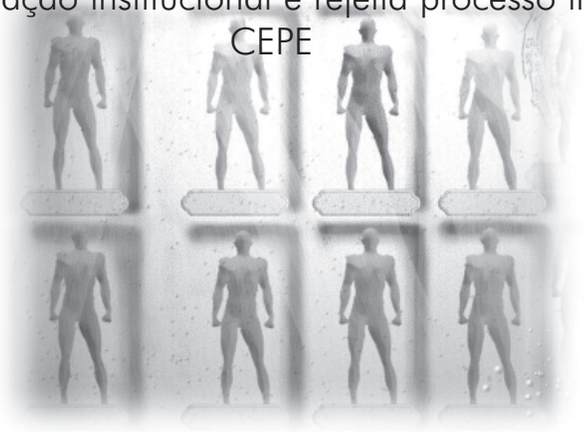
O grande mercado da educação privada no Brasil é pródigo em aproveitar as boas oportunidades de ganhar dinheiro. Quanto mais fácil, melhor. Denúncia veiculada pelo *Globo Online* (27/11) e *Jornal Hoje*, da TV Globo (29/11) mostrou como o ensino à distância vem sendo usado como cobertura para a venda de diplomas de ensino médio. Por R$ 600,00, o jornalista comprou, em São Paulo, um diploma assinado pelo Colégio Brasileiro, que fica no Rio de Janeiro. O certificado vem com a chancela da Secretaria de Educação do RJ.

Rápidos no gatilho

Matéria divulgada no jornal *O Estado de S. Paulo* (25/11/2006), mostra que as Faculdades Jorge Amado (FJA), uma das mais importantes instituições privadas da Bahia, firmou parceria com a Whitney International University System – uma espécie de rede universitária mundial. Pelo acordo, a Whitney abre as portas do mercado brasileiro para suas operações. Em troca, investe R$ 23,5 milhões na instituição, dando à faculdade acesso a novas tecnologias, em áreas como ensino à distância, e oferecendo aos alunos a oportunidade de fazer estágios e intercâmbios no exterior, por meio de acordos com outras instituições parceiras da organização – hoje presentes na América Latina, na África, no Oriente Médio e na Ásia.

Produtivismo mercantilista ou eficácia social e pública?

Adunesp defende avaliação institucional e rejeita processo iniciado pela CPA no CEPE



Em sessão realizada no meio deste ano, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da Unesp teve incluída em sua pauta uma proposta sobre avaliação docente. O texto foi apresentado pelo presidente da Comissão Permanente de Avaliação (CPA), professor Adriano Antônio Natale, e trazia pontos bastante preocupantes.

O professor Odeibler Santo Guidugli, presidente da subseção da Adunesp em Rio Claro e representante junto ao CEPE, eleito pelo "Chapão", lembra que a proposta era genérica. Uma das modificações sugeridas era de que todos os relatórios docentes deveriam ser apresentados na forma de plataforma Lattes. O mais grave, porém, era a exigência de que, ao final de cada ano, os departamentos deveriam avaliar seus docentes e que os 20% dos relatórios considerados mais "fracos" (mínimo de dois) seriam, obrigatoriamente, encaminhados à CPA para análise. Esta, por sua vez, com base nos relatórios, poderia determinar algumas punições, como o corte do tempo integral.

"De pronto, dissemos que isso era inaceitável", diz Odeibler. "Como saber se este não seria um mecanismo de caça às bruxas na Universidade, uma forma de cortar custos via retirada do RDIDP?" Ele lembra que qualquer processo avaliativo deve ser antecedido de algumas perguntas básicas: Por que? Para quem? Com qual finalidade?

Depois de muita discussão, o CEPE deliberou que o texto da CPA seria colocado de lado e que cada uma das quatro pró-reitorias da Unesp deveria apresentar uma proposta específica de avaliação. Os textos das pró-reitorias chegaram em setembro/2006 e o CEPE compôs uma comissão para sistematizá-los e montar um documento final. Na reunião de novembro, a proposta da comissão foi apresentada.

Como os conselheiros a haviam recebido na última hora, o professor Odeibler pediu que nada fosse votado, pois era preciso um tempo de análise. A sugestão foi acatada e o tema deverá voltar à pauta na reunião de dezembro.

"Uma análise inicial mostra que a proposta continua confusa, problemática, sem objetivos", considera o docente. "Até agora, não conseguimos definir quais resultados práticos se espera com isso", diz ele, lembrando que muitos outros processos avaliativos já foram implementados na Universidade. "Alguns caminharam até o fim, mas nunca se viu resultado prático algum."

Critério produtivista é estimulado pela CAPES

Nos últimos anos, a CAPES tem adotado critérios cada vez mais produtivistas, em sintonia com a lógica do mercado. Como conseqüência, tem produzido avaliações que não expressam o progresso dos programas, as dificuldades e os distintos perfis. Para o Andes, "a hipervalorização do número de publicações não assegura a qualidade acadêmica dos programas e produz uma intensificação de publicações que, em si mesmas, não são indicadoras de qualidade. Nesse sentido, a cultura de *rankings* baseada em conceitos atrelados à produtividade é um severo obstáculo para a colaboração entre instituições, pesquisadores e estudantes" (*Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira*).

A Adunesp considera indispensável que o CEPE discuta o relatório final da recém-concluída avaliação institucional realizada na Unesp. Qualquer novo procedimento a ser criado deve estar sintonizado com esta avaliação.

Proposta do movimento docente privilegia avaliação institucional

A Adunesp entende que a questão da avaliação também deve ser debatida à luz da disputa entre o "coletivo" e o "individual". Ou seja, é necessário debater, antes, qual é a universidade pública que queremos e qual é o modelo defendido e implementado pelos governos e administrações que lhes dizem amém.

Num cenário em que os recursos financeiros são insuficientes e no qual os docentes são estimulados às saídas individuais para a solução dos seus problemas – buscar variadas formas de completar seus salários dentro e fora da Universidade, por exemplo ministrando cursos pagos via fundações – muito provavelmente os critérios de avaliação passarão longe dos interesses da maioria da população.

A Adunesp, a exemplo do que propõe o Andes – sindicato nacional dos docentes do ensino superior – defende a existência de um projeto nacional de avaliação institucional, de caráter autônomo e democrático, baseado em critérios não-quantitativos e não produtivistas, tomando como referência o projeto político-acadêmico das instituições de ensino superior. Tal avaliação institu-

cional deve ser desenvolvida interna e externamente, de forma democrática e transparente, respeitando as especificidades nacionais e regionais, alicerçada num projeto global para a educação superior brasileira, e este num projeto político para o país.

Para a Adunesp, é dentro desta ótica que se deve realizar a avaliação do desempenho de cada docente vinculado à instituição, com o objetivo de estimular o seu aperfeiçoamento no exercício do ensino, da pesquisa e da extensão, e fornecer subsídios para a sua progressão na carreira docente. Em vez de "produtividade" individual, deve estar em foco a "produtividade" institucional e coletiva.

O que estamos vendo, hoje, são professores trancados em suas salas/laboratórios, acelerando o fechamento de um produto e esquecendo de sua repercussão social e científica (produção pela produção). Cada vez, sabe-se mais de muito menos. Pior que isto, deixam para segundo plano a formação de novas gerações, o dia-a-dia da sala de aula, as mudanças necessárias no processo ensino-aprendizagem a partir da chegada de uma nova turma com suas diferenças individuais. Observamos, também, aumentar o número de adeptos das aulas repetitivas, sem planejamento, utilizando os mesmos recursos didático-pedagógicos de décadas atrás. A sala de aula não pode ser substituída por esta visão produtivista, pois ela é a razão de estarmos numa instituição de ensino superior de qualidade.

"Avaliação constitui-se em uma investigação crítica de uma dada situação que permite, de forma contextualizada, compreender e interpretar os confrontos teóricos/práticos, as diferentes representações dos envolvidos e as implicações na reconstrução do objeto em questão. Esse processo desencadeia uma intervenção intencional de estudos, reflexões, re-leituras, gerando nas ações/decisões um movimento de problematização e ressignificação na direção de transformações qualitativas de relevância teórica e social."

(CAPPELLETTI, Isabel Franchi / org. Avaliação de Políticas e Práticas Educacionais. São Paulo, Articulação Universidade/Escola, 2002.)

Não há emprego? Ora, desenvolva suas habilidades e competências e... vire-se!

As pressões ideológicas e mercantis que levaram à adesão acrítica da Unesp ao ensino à distância também estão na base do convênio recém-firmado com o SEBRAE, visando a implantação da disciplina Empreendedorismo em todos os cursos de graduação da instituição. A parceria foi assinada no dia 25/10 e, como é peculiar à Unesp, a toque de caixa. Professores já estão sendo treinados para que as primeiras experiências sejam feitas em 2007. A disciplina será optativa, sempre nos dois últimos anos do curso, e poderá ser oferecida em qualquer área.

A iniciativa partiu da reitoria da Unesp. A justificativa do reitor Marcos Macari foi a seguinte: "Há quatro milhões de jovens nos bancos das universidades. Como é que vai ter emprego para todo mundo? Não podemos deixar esses jovens irem para o mercado de trabalho com essa mentalidade" (*Portal Universia, 25/10/2006*). Para Macari, cabe à Universidade orientá-los sobre a realidade do mercado e incentivá-los a ser empreendedores. "O objetivo é que os alunos adquiram conhecimento e sejam capazes de identificar oportunidades, avaliar possibilidades mercadológicas, econômicas e financeiras e a elaborar um plano de negócios", completou Maria Cristina, gerente do SEBRAE-SP (*Portal Universia, idem*).

Aqui, como no caso do ensino à distância, cabem ponto e contraponto.

Um primeiro aspecto é que a iniciativa beira a uma intervenção didático-pedagógica nos cursos. É a máxima do capitalismo em pleno vigor no interior da Unesp, passando por cima de concepções de cursos, de Universidade, de projetos pedagógicos etc.

Negócios para todos?

Como o capitalismo continua sendo incapaz de atender a todos e, ao mesmo tempo, quer que todos estejam incluídos no grande mercado mundial, o indivíduo deve "aprender a aprender" a viver nesta sociedade. Cabe a ele ser autônomo, buscar seu próprio caminho, desenvolver habilidades e competências que lhe apontem a alternativa ao desemprego. E se não der certo? Bem, todas as condições lhe foram dadas, mas ele foi incapaz de aproveitá-las. Será dele o peso do fracasso... e não do capitalismo em crise. Teremos uma geração de deprimidos? Ou será que o reitor Macari acredita que, destes quatro milhões, algumas centenas de milhares encontrarão na via do negócio próprio a solução para o desemprego?

Agilidade

Mais uma vez, a Unesp é ágil em aceitar o que sopra com os ventos do mercado. Este debate, assim como tantos outros, deveria ser feito em profundidade no interior da Universidade.

É necessário que se debatam as razões do desemprego e as perspectivas diante do problema. O papel da universidade em um projeto de nação não pode fundar-se no capitalismo – atualmente, no capitalismo em crise – mas em uma concepção de nova sociedade. Nesta perspectiva, caberia discutir em sala de aula atitudes de liderança, de trabalho em grupo, de respeito social e humano, relação do homem com a natureza, ou seja, dar ao empreendedorismo um conteúdo coletivo, que sirva às necessidades do conjunto da sociedade.

E POR FALAR EM ÉTICA...

Quebra de compromisso com a categoria e golpe na isonomia

No Comunicado Cruesp 04/2006, de 22/11, os reitores confirmam a realização, a partir de outubro, da previsão anual de arrecadação de ICMS contida no Orçamento estadual (R$ 40,219 bilhões). No entanto, rompendo o compromisso assumido na data-base 2006, eles informam que o reajuste complementar de 1,79% não incidirá sobre os salários de setembro, como havia sido acordado, mas sim sobre novembro. O Comunicado 04/2006 também diz que a data de pagamento fica "a critério de cada Universidade".

Em seguida, por meio do Comunicado Runesp 02/2006, a reitoria da Unesp diz que e "o reajuste será implementado na folha de jan/07, para pagamento no quarto dia útil do mês de fev/07, data em que serão creditadas também as diferenças sobre os salários de novembro, dezembro e 13º salário de 2006."

Já descontente com o baixo índice de 2006, a categoria esperava que, no mínimo, o 1,79% retroagisse a setembro e, obviamente, fosse pago imediatamente. O golpe na isonomia é flagrante. E se seguirmos a moda e lançarmos uma campanha assim: "Fica a critério de cada professor e servidor trabalhar conforme o pagamento recebido"?

Eles fazem caixa com o dinheiro dos trabalhadores

O desprezo dos reitores continua

No dia 30/11, a pedido da Adunesp, o Fórum das Seis reuniu-se para discutir o problema. Em boletim divulgado na seqüência (*"O desprezo dos reitores continua"*), a Adunesp frisa que, como sempre ocorreu quando se vêem sob o risco de que suas contradições sejam questionadas, os reitores ficam refratários a receber as representações sindicais. "O reitor da Unesp tem, ao contrário de outros momentos menos críticos, estado indisponível para receber o Sintunesp e a Adunesp."

É ético, neste momento, solicitar que a administração Macari/Herman desconsidere o comunicado Runesp 02/2006 e pague o 1,79%, conforme compromisso assumido, em folha suplementar ainda em dezembro/2006. Reconhecer o erro de avaliação e mudar de posição é necessário, visto que a Unesp será a única a não cumprir o acordo durante a campanha salarial.

A mudança de posição do Cruesp, defendida apenas pela Unesp, demonstra que os reitores não cumprem nem o que escrevem.

Fica evidente que, para a atual gestão da Unesp, os recursos humanos não são prioridade. As justificativas apresentadas são frágeis pois: a) a Lei de Responsabilidade Fiscal é para o gasto do Estado e não da Unesp isoladamente; b) a arrecadação do ICMS irá superar a previsão do estado e, portanto, com certeza haverá complementação orçamentária; c) ter precaução neste momento significa fazer caixa com o não pagamento da reposição de perdas nos salários dos servidores e isto não é razoável; d) existe a possibilidade da arrecadação do ICMS superar os 40,6 bilhões e, assim, o reajuste irá retroagir a maio/2005... ou será que está parte do comunicado 02/2006 do Cruesp também não será cumprida?

2007: Cheiro de greve no ar

Ainda que os ganhos salariais na data-base deste ano tenham sido muito baixos, a categoria não conseguiu se organizar e mobilizar de forma a encostar os reitores na parede. Neste final de ano, eles se sentiram à vontade para desferir novos ataques.

Mas, a dinâmica da vida vale para o nosso movimento: tudo muda a todo momento. A indignação é crescente e 2007 promete ser um ano de muita luta!

A ética e o 13º salário

Não é só no reajuste que a Unesp consegue ser "diferenciada". O 13º salário deste ano não será pago em duas parcelas (novembro e dezembro), como vinha ocorrendo até 2004. Neste ano, será pago em parcela única, em dezembro. E, enquanto a reitoria faz caixa com o dinheiro dos trabalhadores, estes têm que se virar para cobrir os rombos no orçamento, fazendo empréstimos em banco, "antecipando" o 13º e a restituição do imposto de renda nos bancos etc etc. No momento em que a reitoria pressiona pela aprovação de um Código de Ética no CO, vale afirmar: essa é a "ética" do capital, é a "ética" do patrão, é a "ética" do Cruesp.

Arrocho nos salários, omissão na LDO

Enquanto vão exercitando a criatividade para encontrar novas fórmulas de arrochar os salários, os nossos reitores ficam sem tempo de lutar por mais recursos para as universidades. Na inesgotável tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2007), na Assembléia Legislativa, são totalmente ausentes. Os tímidos documentos encaminhados por eles aos deputados mais atrapalham que contribuem, pois vivem pedindo menos do que o necessário para as universidades.

O aumento de recursos aprovado na Comissão de Finanças e Orçamento, no dia 29/8 (10,43% do ICMS para USP, Unesp e Unicamp) é fruto da ação organizada do Fórum das Seis e da mobilização da comunidade acadêmica. Vale lembrar: Enquanto o Fórum apresentou a reivindicação histórica da comunidade acadêmica na LDO 2007 (33% das receitas globais do Estado para o conjunto da educação pública paulista, 11,6% do ICMS para as universidades e 2,1% do ICMS para o Centro Paula Souza), os reitores disseram que o índice "ideal" para as universidades é de 10,0339% do ICMS.

Participe da revista dos 30 anos da Adunesp

Em 2006, a Adunesp completou 30 anos. Em 1996, uma edição especial da *Revista Adunesp* (*ao lado*) resgatou as lutas dos primeiros 20 anos, o crescimento e a consolidação da entidade como legítima representante dos docentes da Unesp.

Uma nova edição da *Revista Adunesp* pretende resgatar os últimos 10 anos. Com circulação prevista para julho do próximo ano, ela trará matérias com os principais fatos que marcaram o período e que apontam o caminho do que vem por aí. A revista também terá espaço dedicado a artigos que explorem a história da entidade e da própria Universidade, os rumos do movimento docente, perspectivas da educação superior e assuntos correlatos. Se você deseja publicar seu artigo, atenção ao calendário. O prazo para envio é 30/3/2007, para adunesp@adunesp.org.br. Os artigos devem conter, no máximo, 20 mil caracteres (com espaço).